

QUEM SÃO ELES? IDENTIFICANDO E CARACTERIZANDO OS VEREADORES BRASILEIROS (2000-2016)

Bruno Souza da SILVA¹
Humberto DANTAS²

■ **RESUMO:** Os vereadores compõem a maior parcela dos políticos no Brasil, porém, pouco se sabe deles. Ilustram esta afirmação, com base nas eleições municipais de 2000 a 2016, médias de 380.597 candidatos disputando 56.146 vagas. Inicialmente parece que tais eleições mobilizam todos os partidos e milhares de postulantes, simbolizando uma democracia representativa que estimula a participação. Assim, temos um quadro político marcado pela contínua fragmentação partidária e eleições competitivas. Mas quem são os vereadores? Em âmbito local, os partidos tendem a não desempenhar funções de coordenação parlamentar que, caracteristicamente, espera-se que sejam exercidas no Parlamento. Reforça este argumento o fato de 85% das Câmaras terem entre 9 e 11 vereadores. Diante dessa configuração, deduz-se que os atores principais são os próprios vereadores, não os partidos. No entanto, falta caracterizar quem são esses agentes e se há permanência/alternância deles nas eleições. Tendo em vista que o problema de pesquisa é analisar quem são os candidatos que vencem eleições e se dentre os eleitos há permanência ou variação marcante, a hipótese central é a de que a entrada nos Legislativos municipais é mais restrita do que o grande volume de candidaturas sugeriria e que isto se deve ao fato de tal ingresso se concentrar nas mãos de poucos políticos locais.

■ **PALAVRAS-CHAVE:** Política local no Brasil. Vereadores. Representação política. Câmaras municipais.

¹ UNICAMP – Universidade de Campinas. Doutorando em Ciência Política. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas – SP – Brasil. 13083-896. b.silvaunicamp@gmail.com.

² FGV – Fundação Getúlio Vargas de São Paulo. Departamento de Administração Pública. São Paulo – SP – Brasil. 01313-902. hdantas@usp.br.

Introdução

No Brasil, a exemplo de outros países do mundo, parece consensual aceitar a tese de que existe uma crise na lógica de representação política formal. Ao analisarem como esse tema tem sido debatido por diferentes autores, Dantas e Martins Jr. (2007) apontam que a realidade da crise não está associada a um determinado ente federativo. Ou seja, políticos eleitos em municípios, estados e na União integram o fenômeno do distanciamento entre representantes e representados.

Reforça tais afirmações uma série de pesquisas de opinião pública que avaliam o vereador, ou a câmara municipal. Um levantamento realizado pelo Vox Populi em 2008, com 1.502 pessoas em todo o Brasil, buscava compreender o que os cidadãos esperavam dos vereadores e o que eles entendiam ser obrigação desses representantes. Mais de 90% dos entrevistados apontaram para ações como “discutir e aprovar projetos de lei” e “fiscalizar as contas da prefeitura”. No entanto, percentuais expressivos destacaram soluções de problemas em órgãos públicos, pagamentos de despesas médicas e funerárias, proteção a pessoas ameaçadas, ajuda na conquista de emprego e distribuição de dinheiro para pessoas em situação de necessidade. Em todos esses casos, os percentuais de percepção dessas “obrigações” dos representantes, somados ao índice daqueles que entendiam que mesmo sem ter a obrigação o vereador deveria cumprir tais tarefas, superaram 50% dos entrevistados.

Acrescenta-se a esse quadro, a pesquisa da Opinião Consultoria de 2007, feita para a Associação dos Magistrados do Brasil, mostrava que o índice de confiança na Câmara de Vereadores era de 19%, percentual maior que os registrados por políticos, partidos e casas parlamentares do Congresso Nacional, mas inferior àqueles dos organismos de justiça e instituições do Poder Executivo em diferentes esferas de poder. No ano seguinte, em 2008, a mesma associação contratou pesquisa do IPESPE para avaliar a confiança dos cidadãos em um conjunto de instituições. Nela, apenas 26% diziam confiar na Câmara de Vereadores, acima dos valores destinados à Câmara dos Deputados (24%) e aos partidos políticos (22%), e abaixo de organizações associadas à justiça, ao Poder Executivo e a outras frentes. Quando a questão é transformada em notas de 0 a 10 expressando a avaliação da atuação, a Câmara de Vereadores ocupa a penúltima colocação com 4 pontos, acima apenas dos partidos políticos com 3,6.

Por fim, uma pesquisa qualitativa do Instituto Ipsos feita para o Tribunal Superior Eleitoral, em 2012, mostrava que quanto mais informados, sobretudo pela mídia, os eleitores estavam, mais atentavam para o pleito. No caso de prefeitos, deputados e vereadores – esse último item o mais mal avaliado –, a desinformação era maior e o sentimento de possibilidade de haver clientelismo, sobretudo em classes economicamente desfavorecidas, além da venda de voto, aumentavam.

Tais percepções se expressam, de alguma forma, nos dados da Tabela 1. De acordo com os dados, nota-se uma elevação superior a 33% do eleitorado entre 2000 e 2016, ao mesmo tempo em que o comparecimento atinge 29%, mostrando que as taxas de abstenção aumentam. O melhor resultado da série analisada está registrado em 2004, com 85,7% de presença, encalhando para 82,6% em 2016. Isso mostra que as abstenções passam a significar 17,4% no ano mais recente contra 13% em 2004. Assim, os votos válidos que representaram 94,2% dos comparecimentos em 2004, melhor ano da série, caíram sistematicamente nos pleitos seguintes, atingindo 92,6% em 2008, 91,5% em 2012 e, finalmente, 89,6% em 2016. É nesse sentido que chama a atenção o somatório dos votos brancos e nulos. Enquanto o eleitorado cresce um terço, como apontado, os brancos e nulos dão um salto de 121%, o que implica dizer que 10,4% do eleitorado votou branco ou nulo em 2016 contra 5,8% em 2004.

Tabela 1. Quadro geral das eleições municipais para vereador (2000 a 2016)

Ano	Eleitorado	Comparecimento	Abstenção	Votos Válidos	Branco e Nulos
2000	108.464.562	92.205.244	16.229.591	86.592.830	5.612.414
2004	119.811.982	102.646.885	15.622.425	96.730.039	5.916.846
2008	128.806.592	110.085.191	18.721.401	101.974.774	8.110.417
2012	138.544.318	115.807.514	22.736.804	105.932.358	9.875.156
2016	144.088.912	119.015.885	25.073.027	106.627.528	12.388.357

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Com base em tal realidade, as perguntas centrais desse artigo são: diante de um quadro de afastamento e descrédito de parcelas expressivas da sociedade, qual o perfil dos candidatos a vereador e dos eleitos no Brasil? Em outros termos e com base em informações contidas nos repositórios de dados do Tribunal Superior Eleitoral: quais as características dos candidatos

a vereador? E dos vencedores? Quais variáveis partidárias permitem a percepção de padrões de candidaturas e construção de carreiras políticas? Como entender a quantidade de candidaturas e a inserção de públicos como jovens e mulheres ao longo dos anos? Por fim: qual o impacto da redução de vereadores nas Câmaras a partir de 2004 e da nova definição no total de representantes em diversas cidades a partir de 2012?

As limitações deste estudo devem-se às informações disponíveis nas bases de dados oficiais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Tal análise é guiada pela hipótese de que a liderança municipal nas câmaras se concentra em poucos políticos que conquistam mandatos e aglutinam votos, a despeito de o cargo de vereador ser a porta de entrada mais ampla para o surgimento de novas figuras políticas no país. Embora as eleições municipais tenham mobilizado as médias de 380.597 candidatos e de 56.146 vagas entre os pleitos de 2000 e 2016, a competição eleitoral estaria circunscrita a um número mais restrito de lideranças locais que se mantêm no poder, independentemente dos partidos políticos.

Para a compreensão de tais desafios, além da introdução, este trabalho está dividido em outras três partes: 1) uma rápida análise da bibliografia que, embora escassa devido a pouca atenção dada na área sobre o tema, trata de aspectos ligados aos vereadores, aos sistemas partidários locais e ao papel dos legislativos municipais; 2) uma análise quantitativa dos dados do TSE de candidaturas e dos eleitos, e; 3) as considerações finais que dialogarão com as hipóteses e os principais achados.

Por que olhar para os vereadores? O que dizem os estudos sobre Legislativo

A representação política local é multifacetada. Não é difícil imaginar as razões da multiplicidade de interesses demandados pelos eleitores em relação à classe política municipal, sobretudo, ao considerarmos as diferenciações em fatores socioeconômicos, políticos e demográficos nos municípios brasileiros (KERBAUY, 2005; SILVA, 2014; ROCHA, KERBAUY, 2014; LAVAREDA, TELLES, 2016). Os milhares de candidatos a vereador acentuam as dificuldades em identificar quem são eles e, uma vez eleitos, como se mantêm no poder. Afinal, se há uma grande variedade de contextos nos quais atuam estes representantes, como identificar

padrões de atuação política? A despeito dessas dificuldades, há pistas na literatura que podem ser valiosas para lançar luz sobre aspectos mais elementares desses representantes – como o perfil profissional, educacional, etário e presença no Legislativo –, identificadas a partir de lacunas ou pontos inconclusivos nas análises sobre a arena eleitoral e legislativa municipal.

Por um lado, os trabalhos focados nas análises dos resultados dos pleitos municipais comumente procuram identificar o desempenho dos partidos com vistas a mostrar a organização dos sistemas partidários e a competição eleitoral, necessárias à estruturação da democracia. Contribuições importantes têm sido dadas para compreendermos os resultados eleitorais e a dinâmica partidária no país. Alguns trabalhos apontam para um desempenho nacional satisfatório dos grandes partidos, o que evidenciaria um processo de institucionalização da competição (KERBAUY, SILVA, 2016; BRAGA, PIMENTEL JR., 2013), embora identifiquem também um crescimento contínuo da fragmentação partidária. Sobre a dinâmica de competição política, um trabalho importante de Piquet e Almeida (2008) mostra que a organização dos sistemas partidários locais resulta de uma complexa combinação, que envolve um conjunto de instituições, como o federalismo, a capacidade de organização dos partidos e a lógica de representação política.

Abordagens com foco no sistema partidário são fundamentais para se compreender o grau de representatividade em uma democracia e como demandas e pautas políticas dos cidadãos são processadas dentro do sistema político, conforme os competidores vencem eleições. Ainda que de maneira simples, podemos dizer que a tendência de sistemas partidários institucionalizados (MAINWARING, SCULLY, 1995) é levar a uma situação de estabilidade da competição política, ou seja, sistemas que carecem de institucionalização são marcados pela fragilidade dos partidos, imprevisibilidade das ações políticas e altos custos governamentais – sobre o primeiro ponto, atrelado à fraqueza dos partidos, tal aspecto é corroborado nos municípios em análise de Dantas e Praça (2012).

Resumidamente, as práticas personalistas encontram fértil terreno em sistemas sem institucionalização. Portanto, uma democracia mais estável necessita de um sistema partidário institucionalizado. Na base dessa compreensão está a perspectiva de que os partidos detêm o monopólio da representação política

nas modernas democracias (MANIN, 1997). Eles desempenham importantes funções, dentre as quais a de apresentar candidatos nos momentos eleitorais é uma das mais significativas. As abordagens centradas na análise dos sistemas partidários encontraram campo profícuo na medida em que se tornou importante compreender como as regras eleitorais afetam o comportamento dos eleitores e a atuação dos partidos e representantes. No caso brasileiro, a excêntrica combinação entre sistema proporcional e a modalidade de lista aberta incentivaria os representantes a se autonomizarem em relação aos partidos na medida em que concorrem intra e interpartidariamente. Nesse caso, a grande dificuldade para os partidos seria cumprir a função de coordenação eleitoral, uma vez que os incentivos são para que os candidatos não cooperem.

Abundante nos estudos é a ênfase no desempenho eleitoral dos partidos políticos como uma das condições para se compreender a institucionalização do sistema. No entanto, pouco destaque tem sido dado às lideranças e muito às organizações, como se as legendas, sobretudo no nível local, onde são menos organizadas e formadas majoritariamente por comissões provisórias, com exceção de poucos partidos como PMDB e PT que possuem mais diretórios municipais (GUARNIERI, 2011; BRAGA, PIMENTEL JR., 2013), fossem autoexplicativas do maior ou menor sucesso eleitoral à deriva da capacidade política de suas lideranças pessoais.

Em trabalho recente sobre estruturação partidária nos municípios, Vasquez, Fernandes e Faganello (2016) mostram o crescimento contínuo da capilaridade dos partidos no país, tomando como parâmetro o lançamento de candidaturas a vereador no país entre 1996 e 2016. Eles apontam que tal espraiamento pode ser explicado mais por migrações partidárias de candidatos já conhecidos localmente, os quais provavelmente se deslocam para novos partidos, do que pela força organizacional, além da importância de candidatos estreantes no processo de territorialização partidária. Desse modo, as lideranças e as figuras políticas em si parecem ser mais expressivas do que as organizações partidárias, o que corrobora nossa percepção sobre a necessidade de se compreender quem são os vereadores que acessam a representação legislativa municipal, independentemente dos partidos vencedores.

Nosso argumento é que ao olharmos para os vereadores podemos compreender melhor os resultados eleitorais e a

permanência de representantes ao longo do tempo, o que nos permite levantar novas hipóteses sobre o funcionamento da política local e, inclusive, o papel mais pragmático dos partidos nesses pleitos, se os considerarmos como marcas que os vereadores precisam utilizar nos pleitos. Além desses aspectos relacionados à arena eleitoral (sistema partidário, regras eleitorais e dinâmica de competição), compreender por que é preciso olhar para quem são os representantes é importante também à luz de algumas lacunas da literatura sobre legislativos locais.

De maneira geral, os estudos sobre as Câmaras Municipais tratam principalmente do seu funcionamento, do papel dos partidos no processo decisório e das relações entre Legislativo e Executivo local. Os trabalhos têm um aspecto para o qual chamamos a atenção e que nos levou a destacar a figura dos vereadores: ao procurarem encontrar partidos nesses legislativos, a maior parte dos estudos não os encontrou. Ao não encontrarem, derivou-se desta situação diagnósticos que marcam a compreensão sobre a política local tanto no meio acadêmico quanto em parcelas da sociedade até os dias de hoje, como a fragilidade de funcionamento das Câmaras e a submissão dos vereadores ao Executivo, em associação ao individualismo no comportamento parlamentar.

Nos anos de 1990, as pesquisas seguiram o debate que estava sendo feito no nível federal sobre presidencialismo, centrado na discussão a respeito das dificuldades para se garantir a governabilidade do sistema político devido à fragmentação partidária, o multipartidarismo e a fragilidade dos partidos políticos. Desse modo, a identificação dos fatores externos às instituições políticas é fundamental para se compreender a relação entre os poderes. Nessa linha, inserem-se os trabalhos que apontam para a atuação política dos vereadores pautada no distributivismo, na atuação essencialmente individualista nas câmaras e na busca de benefícios particulares junto ao Executivo (MALUF, 1993; COUTO, ABRÚCIO, 1995; COUTO, 1998; TEIXEIRA, 2000; NETO, 2003).

Já em meados dos anos 2000, após acúmulo de estudos sobre o Legislativo nacional em virtude da agenda de pesquisa inaugurada por Figueiredo e Limongi (1999), os poucos trabalhos sobre a relação entre Executivo e Legislativo municipal passaram a olhar para dentro das câmaras, especificamente para o processo decisório e sua organização. Tal como no nível federal, buscou-se

compreender o papel dos partidos na coordenação política, apontados como sendo fundamentais para a construção de decisões políticas no Legislativo, gerando cooperação dos legisladores e controlando ímpetus individuais (CAETANO, 2005).

Esse conjunto de trabalhos levou em conta as explicações sobre comportamento parlamentar desenvolvidas nos modelos de organização legislativa, tal como apresentados em Limongi (1994), os quais foram utilizados para entender o funcionamento da Câmara dos Deputados. Dessa maneira, o modelo distributivo e o partidário, importados dos norte-americanos, foram os que serviram como referência para analisar as câmaras locais. Contudo, vale destacar que a maioria desses trabalhos trata especificamente da Câmara paulistana – um parlamento com 55 representantes eleitos, mesmo número da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, e apenas menor que as duas casas do Congresso Nacional e que as assembleias de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia. Ou seja, o sétimo maior parlamento do Brasil. Por um lado, os que identificaram a existência de uma lógica fisiológica na relação entre os Poderes apontam que os vereadores são essencialmente clientelistas. Nesse sentido, procuram obter recursos junto ao Executivo que lhes possam conferir protagonismo individual perante suas bases eleitorais, uma vez que os vereadores se movem pelo desejo de reeleição e, na Câmara, atuam individualmente para maximizar seus interesses, de acordo com esta leitura. Por outro lado, há a identificação da existência de uma lógica partidária na relação entre os Poderes. Essa lógica evidencia que os vereadores são constrangidos a atuarem individualmente por conta das regras do processo legislativo e da organização interna da Câmara, que possibilita a coordenação política pelos partidos.

À primeira vista, as pesquisas parecem dar conta de explicar o funcionamento da política local, produzindo dois tipos de explicações (uma distributivista e outra partidária) totalmente diferentes sobre o funcionamento das Câmaras e a relação destas com os Executivos municipais. No entanto, tais explicações podem ser questionadas quando se olha para aspectos que não se encaixam nos modelos, os quais são identificados por estas mesmas pesquisas, mas acabam marginalizados nas análises, tais como: o uso intenso do plenário da Câmara pelos vereadores e não apenas por líderes partidários, as debilidades das comissões permanentes no que diz respeito a coordenar preferências

sobre políticas ou mesmo funcionarem, o protagonismo de poucas lideranças que exercem influência no Legislativo e a informalidade nas negociações políticas.

Desse modo, é razoável dizer que o Legislativo municipal é peculiar, uma vez que possui características que lhes são próprias e que, portanto, pode exigir um esforço diferente para se compreender tanto o que é o trabalho parlamentar nele quanto a relação entre os Poderes e, principalmente, o que nos importa neste artigo: a capacidade de os vereadores se constituírem como lideranças e controlarem a porta de acesso à representação política local, considerando que ocupar espaço no Legislativo é um importante fator de sobrevivência dos partidos, o que também pode render indicações de correligionários políticos e apoiadores de campanhas pelos vereadores em seus gabinetes.

Dentre os fatores que tornam os Legislativos municipais peculiares, destaca-se o fato dos vereadores constituírem grupos pequenos de parlamentares (considerando que aproximadamente 85% das Câmaras Municipais têm entre 9 e 11 vereadores), além das possibilidades de legislar serem bem mais restritas e a política produzida na cidade ter que atender a questões que podem aparentemente ser consideradas como irrelevantes, se forem comparadas à percepção empregada ao Legislativo Nacional, mas que, no entanto, interessam ao município resolver, como a zeladoria local, a fiscalização dos serviços públicos, a nomeação de vias públicas, etc.

Portanto, atentamos para o fato de que a coordenação política realizada pelos partidos nos Legislativos é menos necessária na maioria das Câmaras municipais, uma vez que a realidade política nesses parlamentos está representada por pequenos grupos de vereadores. Se tais conjuntos são menores em dimensão, ao invés de serem necessários mecanismos institucionais, a fim de gerar cooperação política, as negociações são mais informais e apelam para o protagonismo de “empreendedores individuais”, como aponta Olson (1971) em clássico estudo sobre a lógica da ação coletiva ao tratar de grupos pequenos. Isso quer dizer que os prefeitos se relacionam, na maioria dos municípios, diretamente com vereadores, podendo coordenar e negociar a agenda política do Executivo de maneira mais próxima, sem a necessidade e os custos de uma intermediação partidária mais complexa.

Sendo assim, a necessidade de olhar para quem são os vereadores, além das razões já apresentadas anteriormente –

ao considerarmos os apontamentos da literatura sobre a arena eleitoral – também encontra espaço nos estudos sobre legislativos municipais, abertos a questionamentos sobre a importância dos partidos e lideranças políticas no processo de coordenação. Em outros termos, a política local é um espaço privilegiado para uma atuação dos representantes menos dependentes de seus partidos e mais de suas capacidades individuais e habilidades políticas. Nessa linha é que têm sido desenvolvidos trabalhos recentes sobre o que fazem os vereadores nas câmaras, como os de Almeida e Lopez (2014), D’Avila Filho, Jorge e Lima (2014) e Silva (2014).

Considerando essa senda, nosso esforço é mostrar, na sequência, a análise desenvolvida a partir de dados de caracterização individual dos vereadores para o período de 2000 a 2016. As informações aqui utilizadas são aquelas disponíveis no repositório de dados do TSE e respeitarão o intervalo de tempo ofertado com maior riqueza de detalhamento, o que representa o período entre 2000 a 2016, ou seja, cinco eleições municipais. Duas análises serão realizadas com tais dados a partir daqui: quem são os candidatos e quem são os eleitos.

Caracterizando o universo pesquisado: quem são os candidatos e os eleitos

No primeiro ponto, associado aos candidatos, um conjunto de informações pode ser analisado: unidade da federação e cidade da candidatura, partido, ocupação profissional, faixa etária, gênero, grau de instrução, estado civil e cidade e estado de origem. Esses dados estão disponíveis para todo o período. A partir de 2004, a nacionalidade dos postulantes passa a integrar de forma mais clara o conjunto, mas a imensa massa de brasileiros torna qualquer análise menos relevante, o que nos levará a descartar tal variável. Por fim, a partir de 2016, surgem pela primeira vez informações étnicas sobre os candidatos.³

³ Como não há uma série de informações, cumpre apenas destacar que seguindo os critérios de cor da pele adotados pelo IBGE e repetidos pela justiça eleitoral, brancos são 50,5% dos candidatos, enquanto pardos significavam 39,7%, pretos 9%, amarelos 0,4%, e indígenas outros 0,4%. O Censo de 2010 mostra um total de 47,7% de cidadãos que se declaram brancos, 43,1% de pardos, 7,6% de pretos, 1,1% de amarelos e 0,4% de indígenas. As disparidades não combinam com algumas expectativas associadas à lógica da exclusão e da desigualdade brasileiras quando o assunto são os candidatos: brancos e pretos são levemente mais representados nas candidaturas, pardos perdem pouco espaço, indígenas se mantêm fiéis aos seus percentuais e os amarelos perdem de forma significativa em termos percentuais – a representatividade da

Assim, inicialmente, algumas considerações podem ser feitas caracterizando o conjunto de candidatos das eleições selecionadas. A despeito da condição da candidatura – se deferida, indeferida, sub judice⁴, etc. –, foram encontrados 382.791 cidadãos registrados em 2000. Já em 2004, o total caiu para 369.024 (-3,6%), provavelmente motivado por dois fenômenos: a redução do número de partidos e o corte na quantidade de vagas. Primeiramente, houve uma redução no total de partidos, de 30 para 27. Tal aspecto seria atenuado pelo fato de que, ao longo dos anos 2000, houve um espraiamento das legendas pelo território nacional, pelo qual eles passaram a estar presentes em mais cidades. Se em 2000 a média de localidades em que os partidos lançaram candidatos a vereador foi de 1.495, em 2004 subiu para 2.149 (aumento de 44%). A queda de candidatos, no entanto, parece estar mais ligada ao total de vagas para vereador nas cidades. Em abril de 2004, em pleno ano eleitoral, a justiça interpretou unilateralmente uma lei, Marchetti (2010), e reduziu em mais de oito mil o total de vagas nas Câmaras Municipais brasileiras – de 60.287 (dado de FLEISCHER, 2002) para 51.829, ou seja, 14% de decréscimo. A decisão afetou diretamente cerca de metade dos municípios brasileiros. Essa redução limita o total de postulantes por partido ou coligação, que é determinado pelo volume de cadeiras disponíveis em eleições proporcionais de acordo com o sistema vigente, além de desestimular postulantes em diversas localidades onde os quocientes eleitorais tendiam a aumentar.

Em 2008, uma medida aprovada pelo Congresso Nacional, após as eleições, buscou redimensionar o total de vereadores por cidade. O presidente do Senado, na ocasião, sugeriu retroagir na redefinição de parlamentares eleitos por cidade, elevando o total nacional. Porém, a iniciativa foi considerada inconstitucional pela justiça e 53.346 vagas foram ocupadas a partir de 2009. Assim, foi possível localizar 351.534 candidatos nas bases oficiais do TSE, ou seja, 4,7% menos que na disputa anterior. Ao todo, 27 partidos estiveram presentes nas eleições de 2008 e, a exemplo de 2004, cada legenda concorreu, em média, em 2.149 cidades. Se o total de candidatos baixou e a média de localidades foi a mesma, os partidos registraram totais de candidaturas menores:

população é três vezes maior que o espaço ocupado entre estes candidatos. A despeito da riqueza de tais informações, tal aspecto não será aprofundado neste artigo.

⁴ As quais aguardam determinação da Justiça Eleitoral.

em 2000 cada uma das 30 legendas lançou uma média de 12.872 candidatos a vereador, com o PMDB superando 50 mil e o PCO registrando 51 candidaturas; em 2004, a média foi de 13.668 candidatos por partido, num total de 27 legendas, oscilando entre os 40 mil do PMDB e os 408 do PCO, e; em 2008, a média caiu para 13.020, com 27 legendas, sendo o montante liderado pelo PMDB com pouco menos de 40 mil cidadãos e finalizado pelo PCO com 27 postulantes.

Já em 2012, há uma explosão no número de candidatos apontado no sistema do TSE: 450.695, o que representa um incremento de 28% em relação a 2008. A elevação está atrelada à nova quantidade de vereadores por cidade, que atingiu 57.434 (um avanço de aproximadamente 7,5%); ao aumento do total de legendas (de 27 para 29); à elevação da média de cidades em que cada partido aparece na disputa, a saber, 2.470 (15% mais que em 2008); ao aumento do total de candidatos por partido, que atingiu 15.541 com mais de 43 mil peemedebistas e apenas 15 postulantes do PCO e; por fim, à obrigatoriedade de lançamento de candidaturas do gênero politicamente minoritário, o que comumente é representado pelas mulheres. Nesse último caso, até 2008 a justiça apontava que as vagas de candidatas podiam ser deixadas vazias em caso do não registro, mas a partir de 2012, para cada mulher não apresentada, o partido ou coligação era obrigado a retirar dois homens da disputa até atingir a proporção aproximada e mínima de 2x1, o que estimulou o aumento de registros femininos.

Por fim, em 2016, o que efetivamente aumentou foi o total de partidos políticos: 35 ao todo, tendo as vagas sofrido acréscimo mínimo e atingido 57.834 (0,7%). Com legendas debutantes demonstrando dificuldades em alavancar grandes contingentes de candidatos e novas regras de financiamento eleitoral, a média de cidades por partido caiu para 2.217 (-10%). Caiu também o total de candidatos por partido, em percentual equivalente a quase 15% (com 13.239) e oscilação que vai dos mais de 40 mil do PMDB aos 42 do PCO. Ao todo foram localizados 463.375 candidatos, ou seja, 3% mais que em 2012. Com base em tais dados agregados dos totais de vereadores, surge a pergunta que norteia esse estudo: quem são esses cidadãos, tendo em vista as características possíveis de serem retiradas dos bancos de dados oficiais da justiça eleitoral para o período estudado?

O primeiro desafio está associado ao gênero. Em meados dos anos de 1990, o Brasil assinou acordo internacional na China, liderado pela Organização das Nações Unidas, para estimular a participação feminina na política. A principal medida legal criada no país está relacionada a uma lei que obrigava aos partidos políticos e às coligações reservarem percentuais de candidaturas, dentro dos limites impostos de lançamento de candidatos, ao que se convencionou chamar de gênero minoritário – que nesse caso costuma ser caracterizado por mulheres. Até 2012, pouco se fez para fiscalizar a lei, sendo os partidos inicialmente liberados para utilizarem as vagas quando alegavam que “não tinham encontrado mulheres” e, posteriormente, obrigados a deixar o espaço feminino vazio, sem lançar homens, caso “não encontrassem” candidatas.

A partir das eleições de 2012, a proporção foi rigorosamente exigida, ou seja, cada vaga não ocupada por uma mulher obrigou a retirada de dois homens da chapa até que se atingisse a relação mínima exigida, o que levou ao lançamento de ao menos 30% de mulheres, ou seja, arredondando os números, um terço. Isso fez com que desde então o percentual de mulheres aumentasse significativamente, superando 100 mil candidaturas nos dois pleitos municipais mais recentes, o que representa mais de 30% do total de candidatos. No caso dos homens, os valores recentes se assemelham àqueles de 2000, conforme mostra a Tabela 2.

Tabela 2. Quadro das eleições municipais para vereador por gênero (Candidatos)

Gênero	2000	2004	2008	2012	2016
Masculino	308.171	287.560	274.119	303.322	310.060
Feminino	73.922	81.266	77.415	147.373	153.315
Masculino	80,51%	77,92%	77,98%	67,30%	66,91%
Feminino	19,31%	22,02%	22,02%	32,70%	33,09%

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Se no caso do gênero uma determinação legal, seguida de uma interpretação mais intensa da justiça, levou a uma alteração no quadro de distribuição de frequências, o mesmo não se pode dizer em relação à idade dos candidatos distribuída por faixa etária: primeiro, porque não houve alteração jurídica alguma nesse quesito; segundo, porque não ocorreram grandes transformações,

como se pode verificar na Tabela 3. Conforme interpretação da lei em vigor até o pleito analisado de 2012, um candidato deveria ter um mínimo de 18 anos na data da posse, o que foi alterado pela reforma eleitoral de 2015 para a data de registro da candidatura. Apesar disso, a divisão por idades não se alterou nas eleições analisadas.

Tabela 3. Quadro das eleições municipais para vereador por faixa etária (Candidatos)

Faixa Etária	2000	2004	2008	2012	2016
Até 24 anos	3,43%	3,79%	3,28%	3,77%	3,88%
De 25 a 34	18,84%	18,12%	17,08%	17,69%	17,05%
De 35 a 44	35,99%	35,16%	32,76%	30,13%	29,81%
De 45 a 54	27,67%	28,80%	30,68%	30,34%	29,45%
De 55 a 64	10,71%	11,02%	12,93%	14,36%	15,50%
65 ou mais	3,35%	3,10%	3,27%	3,71%	4,32%
Média de idade	43 anos	43 anos	44 anos	44 anos	44 anos

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

É possível notar na Tabela 3 uma forte concentração entre os 35 e os 54 anos, com cerca de 60% dos candidatos. O valor cai de 63,7% em 2000, para 59,3% em 2016, mas o ritmo de queda é pequeno, apesar de persistente ao longo do período. Os jovens e os maiores de 65 anos ocupam espaços relativamente semelhantes nos pleitos e, por mais que tenham maior peso em 2016, ainda assim não somam sequer 9% dos candidatos. Dessa forma, mais de 90% dos postulantes em todo o período analisado têm entre 25 e 64 anos. Se observada a média de idade dos candidatos a vereador, a elevação é mínima, concentrada em casas decimais que fazem o total subir apenas um ano em mais de uma década e meia, de 43 para 44 anos.

Se em relação às questões etárias não parece haver grande alteração, o mesmo não se pode dizer da escolaridade. As leis não permitem candidaturas de analfabetos, mas ainda assim existiam registros no Tribunal Superior Eleitoral, assim como até 2004 havia cidadãos que não informavam a respectiva escolaridade, apesar de este ser um requisito legal para a participação. A alternativa é a declaração de próprio punho atestando habilidades que não são comprovadas por meio de certificados oficiais. A despeito de tais aspectos, é possível notar na Tabela 4 um crescimento contínuo e significativo no total somado de candidatos com ensino médio

completo, superior incompleto e superior completo. Em 2000, esse contingente representava 41% do total, atingindo 46% em 2004, 54% em 2008, 59% em 2012 e 62% em 2016. De acordo com o IBGE, entre 2000 e 2010, o percentual de brasileiros com nível superior saltou de 4,4% para 7,9%, um aumento de cerca de 80 pontos percentuais. O ritmo não é o mesmo entre os candidatos a vereador, pois no grupo dos diplomados, o aumento entre 2000 e 2016 foi de 53%, mas é possível afirmar uma elevação da escolaridade dos postulantes às vagas nas câmaras, com uma redução na participação daqueles que leem e escrevem, têm fundamental completo ou incompleto de 48%, em 2000, para 33%, em 2016. Entre os Censos de 2000 e 2010, o percentual de pessoas sem instrução e com ensino fundamental incompleto caiu de 65% para 50% dos brasileiros. Na política municipal, o recuo pode estar associado ao reflexo da elevação da escolaridade média do brasileiro, mas também ao fato de o cargo de vereador ser atraente sob os mais diversos aspectos, incluindo o financeiro.

Tabela 4. Quadro das eleições municipais para vereador por grau de instrução (Candidatos)

Grau de instrução	2000	2004	2008	2012	2016
Analfabeto	-	-	0,08%	0,02%	0,00%
Lê e escreve	5,72%	5,46%	2,91%	3,38%	2,98%
Fundamental incompleto	26,64%	25,35%	21,93%	17,68%	16,00%
Fundamental completo	15,77%	14,29%	15,49%	14,59%	14,04%
Médio incompleto	8,30%	7,36%	5,95%	5,34%	5,31%
Médio completo	23,46%	27,34%	31,68%	35,94%	38,07%
Superior incompleto	4,76%	5,13%	5,28%	4,65%	4,36%
Superior completo	12,59%	13,59%	16,67%	18,39%	19,23%
Não informado	2,76%	1,48%	-	-	-

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Outro aspecto que merece atenção sob o ponto de vista das características gerais dos candidatos a vereador está associado ao estado civil. Existe um fenômeno relevante atrelado ao crescimento de candidatos solteiros e à redução dos casados. Nesse último caso, o volume diminui sistematicamente de mais de dois terços, em 2000, para pouco mais da metade em 2016. Em contrapartida, os solteiros, pouco mais de um quinto em 2000, superaram um terço em 2016 (Tabela 5). O Censo não mostra esse avanço, sobretudo nesse ritmo, na sociedade brasileira em

geral. Resta, assim, lançar hipóteses atreladas a uma sensação de redução de sentimentos de preconceito eleitoral relacionado a uma ideia de que “políticos precisam ter família” ou mesmo a uma elevação no total de uniões consensuais ou mais informais que podem estar sendo lançadas pelos candidatos em classificação diferente de “casado(a)”. No caso dessa variável, em especial, interessante notar que o gênero explica parte do fenômeno, sendo as solteiras mais frequentes que os solteiros. O ano de 2016 ilustra tal aspecto: quase 60% dos candidatos eram casados e menos de 45% das candidatas o eram. Em contrapartida, mais de 40% delas eram solteiras enquanto apenas um terço deles eram.

Tabela 5. Quadro das eleições municipais para vereador por estado civil (Candidatos)

Estado civil	2000	2004	2008	2012	2016
Casado(a)	67,97%	65,16%	62,10%	57,16%	53,75%
Solteiro(a)	21,24%	24,34%	28,06%	32,36%	35,73%
Divorciado(a)	3,53%	4,00%	5,22%	6,20%	7,12%
Viúvo(a)	1,98%	1,95%	1,90%	2,20%	2,03%
Separado(a) judicialmente	3,37%	3,10%	2,73%	2,08%	1,37%
Não informado	1,91%	1,45%	-	-	-

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

Em relação ao mercado de trabalho, o que mais chama a atenção é uma variedade significativa de ocupações destacadas pelos candidatos. Em 2000 eram 153 respostas diferentes, o que cresceu para 220 em 2004 e manteve-se entre 242 em 2008 e 2012, e 241 em 2016. Para além de tal fato, chama a atenção que a opção “outros” tenha oscilado entre expressivos 19%, em 2016, e 11%, em 2008. A Tabela 6 apresenta um resumo das atividades que ultrapassaram, em algum dos anos, 2% do total de respostas, sendo que em alguns casos foram somadas ocupações a partir de uma lista de respostas que superaram 1% em pelo menos um dos anos. Os dados aqui não são organizados pela Justiça Eleitoral de forma tão precisa, mas os resultados merecem atenção.

Tabela 6. Quadro das eleições municipais para vereador por ocupação (Candidatos)

Ocupação	2000	2004	2008	2012	2016
Outros (de acordo com os dados da justiça)	16,03%	14,40%	11,01%	15,19%	19,10%
Trabalhador agrícola (agricultor)	13,20%	13,21%	11,15%	8,07%	7,19%
Proprietário de estabelecimento comercial	9,05%	10,59%	9,28%	7,33%	6,44%
Professor fundamental e médio	5,34%	5,55%	6,02%	5,20%	4,25%
Servidor público municipal	4,98%	6,84%	6,94%	8,41%	6,60%
Motorista transporte de passageiros	3,30%	2,21%	1,85%	1,53%	1,52%
Vendedor de comercio varejista e atacadista	2,96%	1,00%	<1%	<1%	<1%
Aposentado (exceto funcionário público)	2,81%	2,36%	2,85%	3,13%	3,28%
Servidor público estadual	2,65%	2,37%	1,99%	1,85%	1,13%
Dona de casa	2,51%	2,71%	2,71%	5,09%	5,22%
Empresário	<1%	1,59%	2,93%	3,82%	4,64%
Trabalhador rural	<1%	<1%	2,33%	1,77%	1,66%
Poder legislativo: (ênfase em vereador)	1,17%	2,20%	5,00%	4,21%	4,76%
Representatividade dos casos acima no total	64%	65%	64%	66%	66%

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Em relação às listas de opções que variam de 153 a 242 ocupações, no período analisado o quesito “Outros” lidera as respostas. Isso significa que as alternativas com menos de 2% não foram somadas a esta opção, mas a tabela é capaz de mostrar entre 64% e 66% do total de respostas dadas pelos postulantes. Dentre o que está apresentado, é interessante notar que não existe nenhuma ocupação notadamente atrelada a um diploma universitário. Advogados superam 1% em todos os anos e se destacariam nesse aspecto, mas ficaram de fora da tabela graças ao critério adotado para visualização.

Assim, além do quesito “Outros”, os postulantes ao cargo de vereador que se destacam, com médias acima de 5% nos anos pesquisados são: agricultores, comerciantes, professores e servidores públicos de diferentes esferas, com ênfase para os municipais. Diversas hipóteses podem explicar alguns pontos, sobretudo no caso dos agricultores, tendo em vista que o peso das pequenas cidades, geralmente mais rurais, sobre o total de vereadores e de candidatos no Brasil é imenso. Ademais, não aparecem líderes religiosos, radialistas e outras ocupações que, por vezes, o senso comum atribui facilmente ao universo das candidaturas. Por fim, demandam especial atenção as “Donas de casa”. O aumento significativo do peso dessas mulheres no total

de candidatos, a partir de 2012, sugere que parte da demanda por candidaturas femininas, por exigência da lei, foi cumprida por cidadãs sob tais ocupações. Aqui a hipótese de que pode se tratar de esposas de políticos ou de líderes partidários ganha força. Esse fenômeno tem chamado a atenção de estudiosos e da própria justiça eleitoral, que consideram tais candidaturas como meras cumpridoras de cotas, e não como capazes de ilustrar como as mulheres passaram a buscar efetivamente os postos de representação política.

No que diz respeito à naturalidade, chama atenção a quantidade de candidatos naturais de outros estados que se apresentam nas cidades de unidades federativas diferentes daquelas em que eles nasceram. Além disso, algo bastante comum também é a origem do candidato de outra cidade, independentemente do estado. Por exemplo: em 2000, o dado oficial é muito frágil, mas em 2004 apenas 38,7% dos candidatos a vereador do Brasil eram naturais da cidade onde se candidataram. O número oscila pouco nos pleitos seguintes, atingindo 37,3% em 2008, 35,9% em 2012 e 37,9% em 2016.

Saindo do campo das diferenças de naturalidade em termos municipais, a Tabela 7 mostra o percentual de candidatos nascidos no próprio estado, a despeito do município. Chama atenção a oscilação entre as unidades federativas. Foram destacadas na tabela aquelas unidades em que mais de 90% dos candidatos, em todos os pleitos, são nascidos no estado. São os casos de boa parte dos estados do nordeste (com exceção de Sergipe, Alagoas e Maranhão), Minas Gerais e Rio Grande do Sul (este último mantém as maiores médias de nativos entre seus candidatos, e é conhecido por cultivar seus símbolos, povo e território). Nos demais casos merece atenção, como representantes de um fenômeno a ser aprofundado, o Mato Grosso, Rondônia e Roraima que em nenhuma eleição superam 50% de candidatos originários do próprio estado. Em todas as 26 unidades, para além do próprio local, o segundo maior “fornecedor de candidatos” é uma unidade que lhe faz fronteira. As exceções são justamente esses três estados apontados, que por vezes sequer são os maiores fornecedores de candidatos a vereador de suas próprias territorialidades. Em Mato Grosso, destacam-se os paranaenses em segundo lugar em todas as eleições, o mesmo ocorrendo com os maranhenses em Roraima. Esses estados não são vizinhos entre si e tal fenômeno deve encontrar forte explicação em fluxos

migratórios. O caso de Rondônia é ainda mais radical nesse sentido: entre 2000 e 2004 os rondonienses ocuparam o terceiro lugar em matéria de quantidade de candidatos a vereador no próprio estado, com porcentagens que não atingem sequer 15%, ficando atrás de mineiros e, principalmente de paraenses (estes aparecem na liderança ou no segundo lugar em todo o período, sendo que perderam o primeiro posto apenas em 2012 e 2016 para os rondonienses). O fenômeno de Rondônia e Roraima poderia ser explicado pelo fato de serem estados novos na federação, mas o Acre, o Amapá e o Tocantins apresentam números que, por mais que possam estar abaixo da média nacional, não são tão acentuados quanto aqueles do trio analisado e não recebem expressivo volume de candidatos de unidades que não lhes sejam fronteiriças. Em 2016, por exemplo, no Acre o segundo maior estado de origem de seus candidatos a vereador era o Amazonas, no Amapá era o Pará, e no Tocantins, o Maranhão, praticamente empatado com Goiás.

Por fim, estados que receberam fortes fluxos migratórios ao longo de parte expressiva do século XX, como São Paulo e Rio de Janeiro, mantêm índices superiores (Rio de Janeiro) ou próximos de 80% (São Paulo). Em 2016, por exemplo, no território paulista, os paranaenses e os mineiros se destacaram com mais de três mil candidatos espalhados pelo estado. Contudo, unidades com forte fluxo migratório para São Paulo e grandes populações, como baianos e pernambucanos, se destacavam (superavam dois mil e mil postulantes, respectivamente). Um estudo mais aprofundado desses fenômenos parece promissor, sobretudo porque, entre 2000 e 2016, o total de candidatos migrantes entre estados atingiu 17% no primeiro ano, 16% em 2004 e 2008, 15% em 2012, e 14,5% em 2016, sendo que em todos esses anos o maior ofertante de candidatos fora de suas fronteiras foi Minas Gerais, que chegou a atingir 17% do total desses migrantes, com 11 mil postulantes em outras unidades em 2000, e cerca de nove mil em 2016, representando 13%, seguido de perto por São Paulo e Paraná.

Tabela 7. Quadro das eleições municipais para vereador por origem no próprio estado (Candidatos)

Estado	2000	2004	2008	2012	2016
AC	79,89%	84,30%	84,30%	87,02%	88,56%
AL	89,30%	86,35%	89,69%	89,99%	90,43%
AM	85,77%	87,16%	88,14%	89,46%	89,87%
AP	56,17%	57,53%	56,11%	59,88%	62,37%
BA	91,34%	92,64%	92,60%	93,13%	93,26%
CE	94,60%	95,00%	94,82%	94,88%	94,93%
ES	80,66%	81,68%	83,02%	81,79%	81,92%
GO	71,01%	73,58%	73,67%	74,66%	73,14%
MA	86,30%	88,31%	89,53%	89,51%	91,06%
MG	92,84%	91,70%	92,80%	92,28%	91,96%
MS	52,00%	56,99%	60,16%	64,68%	69,47%
MT	29,93%	32,53%	35,26%	40,81%	45,92%
PA	63,96%	69,08%	69,56%	72,99%	76,51%
PB	91,91%	91,33%	91,87%	90,63%	90,94%
PE	91,24%	92,86%	93,54%	93,48%	93,05%
PI	92,37%	92,37%	92,92%	92,66%	92,28%
PR	72,33%	76,71%	79,64%	83,17%	85,42%
RJ	82,35%	87,22%	86,93%	89,09%	89,92%
RN	91,46%	91,93%	91,62%	91,81%	91,36%
RO	10,38%	14,47%	17,13%	25,39%	34,19%
RR	30,16%	32,45%	35,89%	38,34%	45,26%
RS	96,21%	96,68%	96,82%	96,44%	96,38%
SC	83,99%	85,57%	85,23%	84,65%	84,55%
SE	87,25%	88,33%	88,94%	88,71%	88,11%
SP	80,09%	79,50%	79,27%	79,18%	79,13%
TO	52,38%	56,50%	58,66%	62,09%	66,71%

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Por fim, como última variável a ser analisada, 40 partidos políticos foram localizados ao longo das cinco eleições selecionadas, sendo que 25 deles (62,5%) estiveram, mesmo que com nomes alterados ao longo do tempo, em todas elas. Assim, dez legendas surgiram e cinco foram absorvidas, fundiram-se ou desapareceram no período. A eleição com maior número de partidos ocorreu em 2016, com um total de 35, e a menor em 2004 e 2008 com 27 legendas. Ao todo, 17 partidos conseguiram, em algum instante, lançar candidatos em mais de duas mil cidades: PMDB, PSDB, PT, PPB/PP, PFL/DEM, PTB, PDT, PL/PR, PSB, PPS, PV, PSC, PC do B, o novo PSD, PRB, SD e PROS (estes dois últimos debutantes em 2016). A barreira de quatro mil foi transposta apenas pelos

nove primeiros da lista acima e pelo novo PSD. E a marca de cinco mil cidades em que foram lançados candidatos numa eleição foi obtida apenas pelo PMDB (2004, 2012 e 2016) e PT (2004 e 2012).

Em relação ao total de candidatos, os dez principais partidos de 2000 (PMDB, PFL/DEM, PSDB, PPB/PP, PTB, PT, PDT, PL/PR e PPS) eram responsáveis por 81,3% do total de nomes, caindo para 77,1% em 2004 e 73,2% em 2008. Em 2012 e 2016, o PPS saiu da lista e o novo PSD assume lugar de destaque, ocupando a terceira colocação no pleito mais recente em número de candidatos lançados. O peso dessa dezena de legendas, no entanto, mantém forte ritmo de queda na representatividade com 64,7% em 2012 e 56,1% em 2016, o que mostra a força do espraiamento das pequenas organizações pelo território nacional, as possíveis dificuldades de financiamento eleitoral com as regras inauguradas com as reformas de 2015 e a pulverização partidária. Em 2000, os dez maiores partidos lançavam uma média de 32,8 mil candidatos, enquanto os pequenos atingiam 4,1 mil nomes. Em 2016, os dez maiores partidos caíram para 26 mil e os demais subiram para 8,1 mil. As principais legendas podem ser visualizadas na Tabela 8.

Tabela 8. Quadro das eleições municipais para vereador por presença dos partidos nos municípios brasileiros (Candidatos)

Partido	2000	2004	2008	2012	2016
PMDB	4.957	5.183	4.984	5.230	5.078
PSDB	4.305	4.667	4.492	4.687	4.631
PT	3.309	5.082	4.760	5.145	4.235
PPB/PP	3.979	4.386	3.992	4.500	4.221
PFL/DEM	4.599	4.709	4.109	3.934	3.664
PTB	3.562	4.291	3.874	4.114	3.580
PDT	2.956	3.713	3.720	4.105	3.901
PL/PR	2.437	4.032	3.464	3.706	3.627
PSB	1.954	2.714	3.326	4.003	4.021
PPS	2.521	3.433	2.946	3.065	2.894
PV	757	1.849	2.383	2.928	2.576
PSC	1.112	1.675	2.108	2.796	2.781
PC DO B	755	1.371	1.774	2.338	2.271
PSD (pós-2011)	-	-	-	4.060	4.256
PRB	-	-	2.002	2.562	3.048
SD	-	-	-	-	2.503
PROS	-	-	-	-	2.102

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Após mostrarmos as variáveis de caracterização dos candidatos, passaremos para a análise dos eleitos. Relembramos que a hipótese central deste artigo é que existem elites políticas locais que têm se mantido no poder ao longo dos pleitos. Agora, baseado na análise dos dados de caracterização dos eleitos, poderemos verificar se estes vereadores seguem as distribuições das caracterizações dos candidatos ou se eles apresentam perfil mais específico (gênero, faixa etária, estado civil, grau de instrução, ocupação, origem do estado e partido). As eleições para vereador no Brasil, independentemente de heterogeneidades profundas entre as cidades e estados, tendem a ser extremamente disputadas. Em 2000, por exemplo, a relação candidato x vaga era de 6,4, subindo para 7,1 em 2004 (impactada por decisão da justiça eleitoral de reduzir cadeiras nas câmaras), caindo para 6,6 em 2008, e voltando a subir fortemente para 7,9 em 2012, e 8,0 em 2016 – provavelmente impactado pelo aumento no número de candidatas e partidos. No caso dos eleitos, o banco de dados oficial de 2000 é confuso e contém dubiedades. A fim de não prejudicar a análise, nos concentramos no período de 2004 a 2016. Além disso, serão considerados os políticos eleitos de acordo com as bases oficiais, embora saibamos que os vereadores possam ter sido substituídos por suplentes em qualquer instante da legislatura.

A primeira diferença expressiva diz respeito à questão do gênero, como mostra a Tabela 9. Entre os candidatos já existia um desequilíbrio expressivo, atenuado pela lei e pelas exigências da justiça eleitoral a partir de 2012. O problema central é que enquanto existe norma que determina que candidaturas femininas tenham espaço reservado, o mesmo não se repete nas urnas. Dessa forma, se em 2004 eram 22% de mulheres postulantes e em 2016 já existiam 33%, entre os eleitos a oscilação é mínima: em 2004, 12,6% dos vencedores são do gênero feminino, número que cai 0,1 ponto percentual em 2008 e ultrapassa 13% em 2012, chegando a pouco menos de quatorze pontos em 2016, o que representa menos da metade do espaço destinado às candidaturas. Isto significa dizer que as mulheres não ampliam sua presença nas casas parlamentares municipais nas últimas quatro eleições, ao contrário do que foi conquistado em termos de espaço nas chapas dos partidos e coligações, sugerindo que efetivamente o cumprimento da lei não se converte em resultados mais efetivos, como já haviam observado, para o caso de prefeitos, Speck e Mancuso (2012).

Tabela 9. Quadro das eleições municipais para vereador por gênero (Candidatos eleitos)

Gênero	2004	2008	2012	2016
Masculino	87,35%	87,47%	86,67%	86,48%
Feminino	12,63%	12,53%	13,33%	13,52%

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Outro ponto que merece destaque é a faixa etária dos escolhidos. Nesse caso, as médias de idade dos vencedores oscilam pouco entre os anos: de 42 anos em 2004, para 43 nos dois pleitos seguintes, atingindo 44 em 2016 – algo praticamente idêntico ao que verificamos junto aos candidatos. Nas faixas etárias, as divisões desfavorecem os mais jovens (até 24 anos) e os mais velhos (65 ou mais anos) (Tabela 10). A representação se concentra nas faixas entre 35 e 54 anos. A soma das faixas de 35 a 44 anos e de 45 a 54 aproxima-se de dois terços dos eleitos, discretamente maior que o identificado na seção anterior (Tabela 3). Assim, não parece possível dizer que exista distorção expressiva em relação ao quesito idade quando comparados eleitos e candidatos em geral.

Tabela 10. Quadro das eleições municipais para vereador por faixa etária (Candidatos eleitos)

Faixa etária	2004	2008	2012	2016
Até 24 anos	2,49%	2,39%	2,14%	2,08%
De 25 a 34	18,60%	18,09%	18,09%	16,41%
De 35 a 44	39,90%	36,86%	34,43%	33,67%
De 45 a 54	27,72%	29,99%	31,02%	31,25%
De 55 a 64	9,24%	10,65%	12,03%	13,86%
65 anos ou mais	2,05%	2,02%	2,29%	2,73%

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

No que diz respeito ao grau de escolaridade, a exemplo da idade, o peso dos estudos impacta pouco sobre a característica dos eleitos. A Tabela 11 mostra claramente essa diferença. A soma daqueles que têm ensino médio, superior incompleto e superior completo atinge 50% em 2004, 58% em 2008, 64% em 2012 e 67% em 2016, cerca de cinco pontos percentuais acima daquilo que os candidatos registram. Nesse sentido, é possível afirmar que as distâncias são relativamente discretas.

Tabela 11. Quadro das eleições municipais para vereador por grau de instrução (Candidatos eleitos)

Grau de instrução	2004	2008	2012	2016
Analfabeto	0,00%	0,04%	0,01%	0,00%
Lê e escreve	4,52%	2,18%	2,25%	1,77%
Fundamental incompleto	24,43%	20,39%	15,72%	14,04%
Fundamental completo	13,51%	14,43%	13,78%	12,94%
Médio incompleto	6,19%	5,16%	4,29%	3,81%
Médio completo	28,42%	32,40%	35,55%	37,11%
Superior incompleto	5,46%	5,68%	4,67%	4,04%
Superior completo	16,51%	19,73%	23,73%	26,29%
Não informado	0,97%	-	-	-

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

No quesito seguinte é possível avaliar o estado civil dos eleitos. Nesse caso, em especial existe uma predominância maior dos casados, o que pode ser impactado pelas diferenças mostradas entre os candidatos no que diz respeito ao gênero. Mais homens que se candidatam são casados e os eleitos são desproporcionalmente do gênero masculino. A despeito de uma explicação mais precisa, é possível afirmar que existe um peso maior dos casados eleitos sobre os demais, inclusive em relação à participação desse grupo no conjunto de candidatos.

Tabela 12. Quadro das eleições municipais para vereador por estado civil (Candidatos eleitos)

Estado civil	2004	2008	2012	2016
Casado(a)	74,08%	70,34%	67,22%	64,73%
Solteiro(a)	18,85%	22,51%	25,40%	28,01%
Separado(a) judicialmente	2,42%	2,22%	1,60%	1,10%
Divorciado(a)	2,79%	3,78%	4,74%	5,15%
Viúvo(a)	1,15%	1,14%	1,03%	1,01%
Não informado	0,70%	-	-	-

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Na Tabela 13, a mais relevante diferença encontrada até aqui é em relação à distância existente entre eleitos e candidatos em geral. Os parlamentares, que tinham peso que variava entre 1,2% e 5% no total de candidatos, atingem marcas que variam entre 7% e 21%. Esse último valor foi obtido em 2016, o que representa que mais de um quinto dos eleitos declararam como principal

ocupação o exercício da vereança, algo que já havia atingido números próximos de 20% em 2008 e 2012. Curiosamente, o salto ocorre justamente quando a justiça eleitoral opta pela redução do total de vereadores nas cidades a partir das eleições de 2004. A partir dali, com o pleito de 2008, a representatividade parlamentar cresce. Tal incremento pode estar associado a não redução do percentual de recursos orçamentários repassados para as Câmaras (embora tenha diminuído o total de vereadores), o que representa menor concorrência entre os vereadores na disputa pela utilização destes recursos na manutenção dos seus mandatos e objetivos eleitorais. Essa é mais uma hipótese que vale a pena ser aprofundada em estudos futuros.

Ademais, agricultores, comerciantes e professores, servidores estaduais, motoristas de transporte de passageiros e servidores públicos municipais mantêm relevância entre os eleitos. Perdem espaço, no entanto, trabalhadores rurais, aposentados e donas de casa – este último grupo reforça o argumento de que mulheres são utilizadas para preencher cotas de gênero em chapas partidárias. Surgem, a partir do grupo dos eleitos, com mais representatividade os empresários e os advogados, este segundo representando uma carreira de nível superior específica. O peso dessa classe na política é historicamente relevante (Dantas, 2002), e a representatividade do empresariado pode estar associada à força de uma capacidade extraordinária de levantar recursos ou de se autofinanciar, algo que parece mais notável e merece aprofundamento a partir de 2016, com as novas regras eleitorais.

Tabela 13. Quadro das eleições municipais para vereador por ocupação (Candidatos eleitos)

Ocupação	2004	2008	2012	2016
Parlamentar	7,42%	17,50%	18,27%	21,06%
Agricultor	17,31%	14,11%	11,10%	10,01%
Comerciante	12,10%	9,22%	7,35%	6,12%
Servidor público municipal	7,71%	7,69%	9,76%	8,55%
Professor médio/fundamental	4,81%	5,20%	4,75%	4,41%
Empresário	2,00%	3,26%	4,63%	5,52%
Servidor público estadual	2,81%	2,27%	2,18%	1,55%
Motorista de veículos de passageiros	2,49%	2,02%	1,92%	1,85%
Advogado	1,93%	1,84%	1,93%	2,24%
Representatividade sobre o total	69,41%	74,39%	72,13%	71,31%

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Em relação à naturalidade, chama a atenção alguns fenômenos notados entre os candidatos. São Paulo, Minas Gerais e Paraná têm-se mantido como os estados que mais exportam vencedores nas eleições para vereador. Ao todo, se somadas as quatro eleições da análise dos eleitos, esses três estados superam mais de três mil cadeiras conquistadas, cada um, em outras unidades da federação, representando mais de 35% do total de vereadores migrantes. Em relação à origem dos estados dos eleitos, quando comparados com os resultados obtidos pelos candidatos, estados como Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul mantêm mais de 90% de representatividade dos cidadãos nativos, dessa vez entre os eleitos. Se junta a esse conjunto de estados, com mais de 90%, Rio de Janeiro e Sergipe, com Santa Catarina fica muito próximo da marca. Em oposição a esse cenário, entre os eleitos, Mato Grosso, Roraima e Rondônia seguem com baixas taxas de nativos. Nesse terceiro estado, os nascidos no próprio território só ultrapassam os paranaenses entre os eleitos em 2016. Tal fenômeno merece estudo mais aprofundado e, certamente, está associado a fortes fluxos migratórios que vão além de aspectos político-eleitorais.

Tabela 14. Quadro das eleições municipais para vereador por origem no próprio estado (Candidatos eleitos)

Estado	2004	2008	2012	2016
AC	81,86%	91,18%	88,00%	91,27%
AL	86,91%	91,74%	90,56%	93,12%
AM	88,51%	88,70%	90,11%	89,89%
AP	63,58%	65,13%	62,65%	70,00%
BA	93,69%	93,95%	94,07%	94,60%
CE	96,24%	96,03%	95,62%	95,40%
ES	89,08%	86,71%	85,78%	87,50%
GO	82,71%	83,81%	83,27%	83,56%
MA	88,25%	88,87%	90,52%	91,05%
MG	93,81%	95,08%	94,32%	94,12%
MS	56,03%	61,72%	64,83%	69,35%
MT	30,98%	37,31%	43,17%	43,52%
PA	66,27%	67,84%	68,51%	72,09%
PB	94,20%	93,56%	92,59%	92,78%
PE	94,46%	93,66%	94,47%	93,84%
PI	94,22%	94,54%	94,62%	94,77%
PR	75,92%	80,02%	84,09%	85,83%
RJ	90,30%	91,36%	92,51%	94,62%
RN	93,06%	93,65%	93,26%	93,48%
RO	10,58%	13,49%	19,51%	28,17%
RR	34,53%	40,00%	41,72%	50,98%
RS	97,45%	97,29%	97,23%	97,25%
SC	89,71%	90,10%	90,99%	91,65%
SE	94,94%	92,63%	91,50%	91,34%
SP	87,16%	87,21%	85,70%	85,64%
TO	61,89%	63,09%	66,92%	72,13%

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

A última variável que merece atenção, seguindo a lógica do que foi verificado em relação aos candidatos é a origem partidária dos eleitos. E aqui o desempenho eleitoral das principais legendas chama mais a atenção. Em 2004, 90% dos eleitos eram dos dez maiores partidos à ocasião (PMDB, PFL/DEM, PSDB, PPB/PP, PTB, PT, PDT, PL/PR e PPS) e o valor cai para 86% em 2008, atinge 79% em 2012 e, finalmente, vai a 72% em 2016, em movimentação semelhante àquela verificada em relação aos candidatos (destacando que, a partir de 2012, o PSD ocupa o lugar do PPS). A pulverização do quadro partidário, no entanto, não leva a um caos político, afinal, quando são tomados os 17

partidos que mais elegeram candidatos, a representatividade já se aproxima ou supera 90% dos políticos escolhidos para o Legislativo local. Dentre as siglas, destaque importante para o PMDB, PSDB, PT (até 2012), PPB/PP, PFL/DEM (até 2012), PTB, PDT e PL/PR, cada sigla elegendo mais de três mil vereadores por pleito desde 2004, além do PSD, a partir das eleições de 2012. Adicionalmente à grandeza do PMDB, o partido que mais elege vereadores no Brasil há décadas sustenta vantagem de mais de dois mil eleitos em relação ao segundo colocado, o PSDB – algo que se mantém em todos os pleitos.

Tabela 15. Quadro das eleições municipais para vereador por partido (Candidatos eleitos)

Partido	2004	2008	2012	2016
PMDB	8.313	8.475	7.969	7.563
PSDB	6.565	5.897	5.260	5.364
PT	3.680	4.168	5.185	2.813
PPB/PP	5.460	5.128	4.938	4.740
PFL/DEM	6.461	4.802	3.285	2.898
PTB	4.212	3.934	3.581	3.056
PDT	3.250	3.523	3.663	3.766
PL/PR	3.834	3.534	3.191	3.011
PSB	1.836	2.956	3.555	3.629
PPS	2.816	2.159	1.864	1.671
PV	774	1.237	1.583	1.520
PSC	741	1.146	1.468	1.524
PC DO B	272	612	976	1.002
PSD (pós-2011)	-	-	4.666	4.639
PRB	-	780	1.207	1.618
SD	-	-	-	1.437
PROS	-	-	-	984
Representatividade	93,03%	93,16%	91,22%	88,56%

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Considerações finais

A literatura a respeito da política municipal trata quase que exclusivamente das arenas partidária e legislativa local. Contudo, há uma lacuna importante nesses estudos que é justamente o ponto central deste trabalho: compreender quem são os representantes à frente das mais de 56 mil vagas de parlamentares, em média, ao longo das eleições de 2000 a 2016

no Brasil. Mesmo com as importantes contribuições que nos permitem compreender a força dos partidos, a estruturação da competição eleitoral e a institucionalização dos sistemas partidários, é preciso ainda avançar no mapeamento e caracterização das lideranças e figuras políticas locais.

A ideia de que é preciso estudar o funcionamento das Câmaras e as relações dos vereadores com os prefeitos no Brasil é central neste trabalho, uma vez que não se chegou a um diagnóstico preciso a respeito do papel dos partidos nos legislativos locais e à liberdade legislativa dos parlamentares. As lacunas apontadas nos levantamentos anteriores nos levam a compreender que os partidos são menos necessários para cumprir funções de coordenação política na imensa maioria dos legislativos municipais, uma vez que negociações políticas tendem a ser mais informais e dependentes de “empreendedores individuais” (prefeitos). Esse recorte da literatura nos colocou o desafio de compreender melhor quem são os candidatos e os eleitos a vereador no país, nos incentivando a analisar com cautela dados disponíveis no TSE. Isso também nos levou a desenvolver uma hipótese sobre a permanência de uma quantidade significativa de vereadores ao longo dos pleitos, revelando possível força política de lideranças pelo país, as quais independentemente da vinculação partidária se mantêm no poder. Assim, quais foram as descobertas sobre os candidatos e os eleitos?

Em relação à competição eleitoral, as médias de candidato por vaga apresentam aumento contínuo a partir de 2008, chegando a oito candidatos disputando uma cadeira em 2016. No que diz respeito ao gênero, embora se tenham intensificado os esforços para os cumprimentos das cotas de candidatos de gênero minoritário (comumente mulheres), em 2004 isso representou 22% dos candidatos e, em 2016, subiu a 33%. Contudo, quando olhamos para o número de mulheres eleitas, chegamos a percentuais muito menores: 12,6% em 2004, e mais de dez anos depois, 13,5% em 2016. Se os legislativos municipais são a porta de entrada para vários políticos, no que tange à representação das mulheres temos imenso desafio à frente.

Quanto às faixas etárias, as médias de idade estão entre 42 e 44 anos para os eleitos, números praticamente idênticos aos verificados para os candidatos. No entanto, chama a atenção os dados referentes aos mais jovens, na faixa de até 24 anos.

Considerando 2004 e 2016, primeira e última eleição na qual analisamos o perfil dos eleitos, há uma diminuição muito discreta de 0,4 pontos percentuais nos vencedores desta faixa. Ainda assim, a tendência de diminuição de candidatos mais jovens é identificada em outras faixas: dois pontos percentuais entre aqueles de 25 a 34 anos e seis pontos entre os de 35 a 44. Paralelamente, há um aumento contínuo nas faixas de candidatos mais velhos: quatro pontos percentuais entre os de 45 a 54 anos e igual valor entre os de 55 a 64 anos. Esses pontos percentuais podem indicar que parte dos eleitos de 2004 provavelmente tem-se mantido no poder ao longo do tempo e, portanto, isso explicaria o aumento percentual nas faixas etárias acima dos 45 anos, uma vez que tais vereadores estão envelhecendo.

No que diz respeito ao grau de instrução dos eleitos, os que possuem ensino médio, superior incompleto e superior completo apresentam contínuo aumento ao longo das eleições de 2004 a 2016, na casa dos 17 pontos percentuais. Quando comparados ao que é apresentado pelos candidatos, o aumento é discreto. Destaque especial foi conferido a um grau de instrução específico: os que têm superior completo. Há uma intensificação no sucesso eleitoral dos candidatos com diploma universitário, uma vez que a diferença percentual entre candidatos e eleitos é de mais 3%, em 2004 e 2008, e, a partir desta última eleição, se intensifica, chegando a 5,4% em 2012 e mais 7% em 2016. Dentre todos os graus de instrução é o que apresenta maior crescimento no comparativo entre eleitos e candidatos.

Os dados de estado civil apontam para a predominância contínua dos casados, embora se verifique uma tendência de queda nos últimos pleitos. Paralelamente, o crescimento dos solteiros é de 10 pontos percentuais, quando considerado o período de 2004 a 2016.

As distâncias mais significativas entre candidatos e eleitos aparecem em relação à ocupação profissional. Chamamos a atenção para uma ocupação em especial: os parlamentares. Na massa de candidatos que se declarou legislador, o peso deles em relação ao total de candidaturas variou de 1% a 5% ao longo das eleições. No entanto, dentre os eleitos, variou de 7% a 21%, representatividade quatro vezes mais alta se compararmos os eleitos aos candidatos na última eleição (2016). Provavelmente, a maior parte dos que se declararam parlamentares ocupavam uma cadeira nas Câmaras Municipais, uma vez que é menos comum

verificar deputados estaduais, federais ou senadores disputando eleições para vereador. Se há quatro vezes mais eleitos nessa ocupação, isso quer dizer que há expressiva quantidade de vereadores se mantendo no poder. Comparada a todas as demais ocupações declaradas é a que apresenta maior percentual dentre os eleitos.

No que toca à origem dos escolhidos pela sociedade, os estados de São Paulo, Minas Gerais e Paraná se mantêm como os que mais exportam políticos, enquanto Mato Grosso, Rondônia e Roraima apresentam taxas de nativos baixas. Este dado é interessante porque aponta para a formulação de novas hipóteses a respeito da importância dos fluxos migratórios nacionais na constituição das elites políticas locais nos últimos tempos.

Por último, quanto à origem partidária dos eleitos, embora o desempenho eleitoral dos partidos mostre a força nacional das grandes siglas, a fragmentação partidária está presente ao longo das eleições. Especialmente nos pleitos de 2008 e 2012, quando apresenta maior avanço. Se em 2004 cerca de 90% dos eleitos pertenciam aos dez maiores partidos, esses valores caem da seguinte maneira: 86% em 2008, 79% em 2012 e 72% em 2016. A fragmentação é um fenômeno importante na medida em que a capilaridade das mais de 35 siglas existentes hoje no país pode vir a ofertar novos espaços a antigas lideranças.

Considerando a análise dessas caracterizações, uma questão merece destaque: existiria uma elite política que controla as vagas nas cidades a despeito dos partidos? Verificamos que entre as quase 220 mil vagas acumuladas das eleições de 2004 a 2016, quase 145 mil cidadãos ocuparam essas vagas entre uma e quatro vezes. Esse número equivale a quase 70% do total dos eleitos, considerando o período.

Ao observar nominalmente os eleitos pode-se verificar que 17.375 obtiveram três ou quatro mandatos em cada ano eleitoral do período (2004, 2008, 2012, 2016). O total de eleitos representa algo entre 30% e 33% dos vereadores brasileiros. Esse percentual, bastante expressivo, aponta para uma tendência marcante. Trata-se de um conjunto de políticos espalhados pelos 26 estados brasileiros, que estão presentes em 5.309 cidades. Isso quer dizer que na imensa maioria dos municípios brasileiros existem cidadãos que acumulam três ou quatro mandatos de vereador em tempos recentes, o que corrobora nossa hipótese de permanência de quantidades expressivas de políticos ao longo do tempo,

independentemente da vinculação partidária. Um estudo mais aprofundado sobre esses agentes mostra-se promissor: pode vir a apontar para diferenças em suas características, construção de redes políticas, relação com os partidos, perpetuação de famílias locais no poder, etc. Não se deve perder de vista que tais políticos constituem uma elite local, levando em conta o aumento contínuo da competição em todo o período considerado e a permanência deles no poder.

O fato é que praticamente todas as cidades brasileiras convivem com o fenômeno de presenças longevas nas Câmaras Municipais, o que pode representar também a profissionalização da política local. Não fosse a Justiça Eleitoral em seu ímpeto legislativo e, caso a infidelidade partidária continuasse liberada, seria interessante notar o quanto esses cidadãos migram de partido espontânea e naturalmente. Compreender os incentivos à migração pode estar intimamente relacionado à construção de carreiras políticas e fortalecimento de lideranças individuais, caminho importante de pesquisa que tende a mostrar melhor como funciona a política municipal e a sua lógica específica.

SILVA, B. S.; DANTAS, H. Who are them? Identifying and characterizing councilors in Brazil (2000-2016). *Perspectivas*, São Paulo, v. 48, p. 11-45, jul./dez. 2016.

■ **Abstract:** *Councilors are the largest share of politicians in Brazil, however, we do not know much about them. This affirmation can be exemplified, based on the municipal elections from 2000 to 2016, by averages of 380,597 candidates disputing 56,146 places. Initially it seems that such elections mobilize all parties and thousands of postulants, symbolizing a representative democracy that stimulates participation. Thus, we have a political framework marked by continuous party fragmentation and competitive elections. But who are the councilmen? Locally, parties tend not to perform parliamentary co-ordination functions, which are characteristically expected to be held in Parliament. This argument reinforces the fact that 85% of the chambers have between 9 and 11 councilmen. In this configuration, it can be deduced that the main actors are the councilors themselves, not the parties. It is then necessary to characterize who these agents are and whether they remain in the elections. In consideration that the research problem is who are the candidates who win elections and, consequently, if they elect vary or there is a marked permanence, the*

central hypothesis is that the entrance in the municipal Legislative is more restricted than the great volume of applications would suggest and this is due to the fact that the entry is concentrated in the hands of a few local politicians.

■ **Keywords:** *Local politics in Brazil. Councilors. Political representation. City Councils.*

Referências

ALMEIDA, A.; LOPEZ, F. Representação política local e clientelismo. In: ROCHA, M. M.; KERBAUY, M. T. *Eleições, partidos e representação política nos municípios brasileiros*. Juiz de Fora: UFJF, 2014.

BRAGA, M. S.; PIMENTEL JR., J. Estrutura e organização partidária municipal nas eleições de 2012. Rio de Janeiro, *Cadernos Adenauer*, ano XIV, vol. 2, 2013.

CAETANO, B. Executivo e legislativo na esfera local. *Novos Estudos Cebrap*, n. 71, p. 101-125, mar. 2005.

COUTO, C. G.; ABRUCIO, F. L. Governando a cidade? A força e a fraqueza da Câmara municipal. *São Paulo em Perspectiva*, v. 9, n. 2, p. 57-65, 1995.

COUTO, C. G. Negociação, decisão e governo: padrões interativos na relação Executivo-Legislativo e o caso paulistano. In: ANDRADE, R. de C. (Org.). *Processo de governo no município e no Estado*. São Paulo: Edusp, 1998.

DANTAS, H. *Ensino jurídico e classe política*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

DANTAS, H.; MARTINS JR., J. P. (Orgs.). *Introdução à política brasileira*. São Paulo: Paulus, 2007.

DANTAS, H.; PRAÇA, S. Coligações entre partidos nas eleições municipais de 2004 e 2008: o caso DEM/PFL e PT, *Revista Liberdade e Cidadania*, v. 4, n. 17, p. 1-12, 2012.

D'AVILA FILHO, P. M.; JORGE, V. L.; LIMA, P. C. Comportamento político e produção legislativa: padrões de emissão de "indicações" pelos vereadores cariocas. In: ROCHA, M. M.;

KERBAUY, M. T. *Eleições, partidos e representação política nos municípios brasileiros*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2014.

FIGUEIREDO, A. C.; LIMONGI, F. *Executivo e legislativo na nova ordem constitucional*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

FLEISCHER, D. As eleições municipais no Brasil: uma análise comparativa (1982-2000). *Opinião Pública*, v. 8, n. 1, 2002.

GUARNIERI, F. A força dos partidos “fracos”. *Dados*, Revista de Ciências Sociais, v. 54, n. 1, 2011.

KERBAUY, M. T. As Câmaras Municipais brasileiras: perfil de carreira e percepção sobre o processo decisório local. *Opinião Pública*, v. 11, n. 2, p. 337-365, 2005.

KERBAUY, M. T. M.; SILVA, B. Padrões Regionais de Votação nas eleições municipais brasileiras. In: BOTERO, F.; SÁNCHEZ, M. G.; WILLS-OTERO, L.; BARRERO, F. (Comp.). *Dinamismo e diversidad en la ciencia política latinoamericana*. Bogotá: Ediciones Uniandes, 2016.

LAVAREDA, A.; TELLES, M. (Orgs.). *A lógica das eleições municipais*. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

LIMONGI, F. O novo institucionalismo e os estudos legislativos – A literatura norte-americana recente. *BIB*, n. 37, 1º sem, 1994.

MAINWARING, S.; SCULLY, T. R. (Ed.). *Building democratic institutions: party systems in Latin America*. Stanford: Stanford University Press, 1995.

MALUF, R. T. *A Câmara Municipal de São Paulo na IX legislatura (1983-1988) e o processo decisório do IPTU*. Dissertação (Mestrado) – UNICAMP, Campinas, 1993.

MANIN, B. *Principles of representative government*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

MARCHETTI, V. O TSE (Tribunal Superior Eleitoral) e a “verticalização” das coligações. Partidos e coligações eleitorais no Brasil. In: KRAUSE, S.; DANTAS, H.; MIGUEL, L. F. *Coligações partidárias na nova democracia brasileira*. Perfis e tendências. Rio de Janeiro: Korand-Adenauer-Stiftung, 2010.

NETO, J. *Câmaras municipais no Brasil: ascensão e declínio*. São Paulo: Taubaté, 2003.

OLSON, M. *A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais*. São Paulo: Edusp, 2011 [1971].

PIQUET C., L.; ALMEIDA, M. H. T. Definindo a arena política local: sistemas partidários municipais na federação brasileira. *Dados*, Revista de Ciências Sociais, v. 51, n. 2, 2008.

ROCHA, M.; KERBAUY, M. T. Poder local e representação política nos municípios brasileiros: contribuições para uma agenda de pesquisas. In: ROCHA, M. e KERBAUY, M. T. (Org.). *Eleições, partidos e representação política nos municípios brasileiros*. Juiz de Fora: UFJF, 2014.

SILVA, B. Produção legislativa e relações Executivo-Legislativo no nível local: uma análise das indicações e dos requerimentos na Câmara Municipal de Araraquara-SP. In: ROCHA, M. e KERBAUY, M. T. (Org.). *Eleições, partidos e representação política nos municípios brasileiros*. Juiz de Fora: UFJF, 2014.

SILVA, P. C. *O poder legislativo municipal: estrutura, composição e produção*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

SPECK, B; MANCUSO, W. O que faz a diferença? Gastos de campanhas, capital político, sexo e contexto municipal nas eleições para prefeito em 2012. Rio de Janeiro, *Cadernos Adenauer*, ano XIV, v. 2, 2013.

TEIXEIRA, M. A. C. *Clientelismo e voto na cidade de São Paulo (1993/1999): uma análise das relações Executivo-Legislativo e seus impactos no sistema político local*. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

VASQUEZ, V.; FERNANDES, J. L. M.; FAGANELLO, M. A. *Estruturação partidária nos municípios brasileiros*. In: 40º Encontro Anual da ANPOCS, *Anais...* Caxambu, MG, 2016. Disponível em: <<https://anpocs.com/index.php/papers-40-encontro/st-10/st21-6/10361-estruturacao-partidaria-nos-municipios-brasileiros-1996-2012/file>>. Acesso em: 28 out. 2016.

